

1. CANONICIDADE DA ESCRITURA

É um fato admitido nas religiões judaica e cristã que existem livros inspirados por Deus, que, por essa razão, são chamados de "sagrados" ou "escrituras sagradas". Esses livros são chamados também de "canônicos" porque estão contidos nos cânones do Antigo e do Novo Testamento.

a. O cânon das Escrituras

A tradição judaica recebeu como vindas de Deus e dotadas de autoridade várias obras que reuniu numa coleção tripartida: Lei, Profetas e outros escritos. A Igreja, por sua vez, recebeu da Sinagoga essas Escrituras e a fé em sua inspiração. Com efeito, Jesus as cita como palavra de Deus (Mt 22,31; Mc 7,13; Jo 10,34ss.) que deve ser totalmente cumprida (Mt 26,34). Os Apóstolos e seus discípulos fizeram o mesmo, de modo que afirmam que foi o Espírito Santo que falou por boca de Davi (At 28,25) e argumentam com a Sagrada Escritura como uma autoridade divina (Rm 3,2; 1Cor 14,21).

A Igreja, por sua vez, acrescentou logo suas próprias escrituras à da Sinagoga¹. Ao lado do Antigo Testamento foi colocado o Novo Testamento, tão válido como aquele sob o ponto de vista da inspiração (cf. 2Pd 3,16), mas superior ao Antigo por seu objeto (cf. 2Cor 3,14ss.). Os Padres da Igreja assim o entenderam e em seguida o Magistério da Igreja foi repetindo e fixando essa doutrina fundamental, o que ficou conhecido como cânon das Escrituras.

O conceito de "cânon" já existia na filosofia epicúreia para designar os critérios que serviam na lógica para se encontrar o fundamento do conhecimento e para determinar a verdade de uma afirmação. No cristianismo, especialmente durante os três primeiros séculos, "cânon" designava tudo o que para a Igreja e para os cristãos era lei interna e norma imperativa². Dado que a Sagrada Escritura é a norma de fé e de vida para a Igreja, desde meados do século IV se designa a coleção dos escritos sagrados de "cânon" por antonomásia. Desse modo, os livros canônicos são os que servem de regra de vida e de fé, de norma no credo e na prática. Na época de Atanásio e de Agostinho

nho a canonicidade não era tida como uma qualidade acrescentada a um livro, mas como a expressão, em termos jurídicos, de uma relação que tem o livro com a Igreja em razão de sua qualidade de livro divino: Deus o confiou à sua Igreja para que fosse norma de fé. Realmente, a Igreja só reconhece como livros canônicos os livros inspirados.

O termo "canônico" tem, pois, dois sentidos: um sentido ativo, no qual se sublinha o valor da Escritura para a Igreja, ou seja, um livro é canônico porque é regra de fé e de conduta; e um sentido passivo, enquanto esses escritos são conhecidos e reconhecidos pela Igreja como escritura inspirada³. Desse modo, a canonicidade é a propriedade que têm os livros inspirados de terem sido destinados à Igreja e em seguida efetivamente reconhecidos por ela.

Ao colocar um livro no cânon, a Igreja põe em destaque sua condição de inspirado, reconhecendo, portanto, que esse livro foi escrito com a assistência especial do Espírito Santo para comunicar e conservar por escrito tudo aquilo e somente aquilo que Deus quis.

b. A Igreja e o cânon

Considerado objetivamente, o cânon das Escrituras se nos apresenta como um conjunto de produções literárias dotadas de coesão interna destinado a manifestar o acontecimento de Cristo, seja na preparação de sua vinda, seja pela narração de sua palavra e de suas ações, e também como foi a compreensão desse acontecimento na Igreja apostólica. Indubitavelmente, deve-se essa coesão ao fato de terem sido esses livros utilizados por uma comunidade guiada pelo Espírito Santo, livros que alimentaram sua oração, estimularam sua reflexão e lhe ofereceram uma norma de vida⁴.

A Igreja fixou definitivamente o cânon das Escrituras no Concílio de Trento. Assimiu, nessa ocasião, uma posição clara e definitiva a respeito dos livros que deviam ser incluídos na Bíblia: 45 livros canônicos do Antigo Testamento e 27 do Novo Testamento. O Concílio declarou ao mesmo tempo santos e canônicos todos os livros da Bíblia porque, "escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm a Deus por autor e como tais foram confiados à Igreja"⁵. Assim, ao lado do Espírito Santo, autor da Escritura, aparece a Igreja como guardiã

1. Em referência à história da formação dos cânones do Antigo e do Novo Testamento, cf. TURRO J.-BROWN R., "Canoniceidade" CBSI V 57-9; HAAG H. "A palavra de Deus se torna livro na Sagrada Escritura" MySal 1 426-436; NEUENZEIT P., "Cânon" CFT 1 172-179.

2. Cf. NEUENZEIT P., "Cânon" 171-172.

3. Cf. ROBERT A.-FEUILLET A., *Introducción a la Biblia I* (Barcelona 1997 3^ªed.) 62; HAAG H., "A palavra de Deus se torna livro na Sagrada Escritura" MySal 1 427.

4. Cf. TURRO J.-BROWN R., "Canoniceidade" CBSI V 52.

CÂNON BÍBLICO

ARENAS, Octavio Ruiz, *Jesus, epifania do amor do Pai*, Loyola, 1995, pgs. 256-257.

ALUNO:.....

1. Há um fato comum entre a religião judaica e a religião cristã. Qual?

2. De onde a Igreja católica recebeu o Cânon das Escrituras?

3. O que significa que a Igreja acrescentou logo suas próprias Escrituras às da sinagoga?

4. Qual o significado do Cânon:
a) Para a Filosofia Epicurista

b) Para os três primeiros séculos do cristianismo

c) A partir do século IV

5. O termo Canônico apresenta dois sentidos. Quais e explique cada um dos sentidos.

6. O que significa um livro bíblico colocá-lo no Cânon (ou fazer parte da lista)?

7. Quais as razões que entre os livros canônicos há uma coesão interna?

8. Em que fato a Igreja fixou definitivamente o Cânon Bíblico e quais os critérios usados para isto?